

Itamar exige vaga para crianças nas escolas

Gláucio Detmar

BRASÍLIA — O presidente Itamar Franco telefonou ontem ao ministro da Educação, Murílio Hingel, determinando a adoção de providências para garantir vagas nas escolas de primeiro e segundo graus a todas as crianças e acabar com as filas para as matrículas. Itamar sugeriu que fossem utilizados prédios públicos ociosos para abrigar turmas escolares e, com isso, tratar de reduzir o déficit de vagas, hoje equivalente a 13% em todo o país.

Hingel respondeu, já no próprio telefonema do presidente, que a responsabilidade pelos problemas é dos estados e municípios, que têm a atribuição constitucional de garantir a educação básica de primeiro e segundo graus. O ministro disse ainda que nos últimos três meses repassou US\$ 1 bilhão às administrações estaduais e municipais para custear os gastos com educação, mas que a verba foi tardiamente liberada. Ele anunciou também que a FAE (Fundação de Assistência ao Estudante) vai comprar 30 milhões de livros didáticos para distribuição à rede pública.

Preocupado com o alto índice de recém-formados desempregados no país, o presidente Itamar Franco determinou também ao ministro do Trabalho, Walter Barelli, e ao presidente do Banco do Brasil, Alcir Calliari, a criação de frentes de trabalho para absorver esses profissionais no interior. Ontem, depois de uma



Itamar, em reunião com Durante, Calliari, Barelli e Haddad (a partir da direita)

reunião com o ministro Paulo Haddad e o secretário Mauro Durante, Barelli e Calliari anunciaram que o Governo federal vai ajudar os jovens recém-formados no seu ingresso no mercado de trabalho. Para isso, lançará mão de estágios remunerados em repartições públicas ou na iniciativa privada; de financiamentos para a instalação de escritórios ou consultórios para profissionais liberais, que poderão ser pagos com o rendimento

do próprio trabalho; e de oportunidades de emprego no interior, para evitar a migração para os grandes centros urbanos.

Parte do projeto “Moços e Moças do Brasil” — como foi chamado pelo ministro Barelli — que diz respeito à concessão de estágios remunerados e de linhas de crédito, com juros abaixo do mercado, começará a ser implementada a partir de março deste ano.